

Inteligência Artificial sob o olhar decolonial: contribuições do Grupo de Pesquisa Folkcomunicação para uma crítica necessária¹

Marcelo Sabbatini²
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Resumo

Ancorado nas Epistemologias do Sul e nos estudos decoloniais, examinamos a Inteligência Artificial (IA) sob a perspectiva do Grupo de Pesquisa Folkcomunicação, identificando-a como sítio de colonialidade marcada por lógicas históricas de racismo e dominação. Através da crítica de sua pretensa neutralidade, exploramos as fundações que perpetuam opressão, exploração e desapropriação algorítmica, desconsiderando os saberes do Sul. O posicionamento delineado desvela esses padrões de poder e seus impactos nos grupos populares, buscando historicizar a IA, como passo prévio a promover práticas críticas e pluriversais. Buscamos, assim, fortalecer a resistência e imaginar futuros tecnológicos justos e decoloniais, a partir do olhar folkcomunicacional.

Palavra-chave: Inteligência Artificial; comunidades marginalizadas; Folkcomunicação; colonialidade algorítmica; interculturalidade.

Introdução

O Grupo de Pesquisa Folkcomunicação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom, historicamente se ancorou no estudo dos processos comunicacionais das manifestações culturais populares e de suas práticas de resistência, com um olhar atento às questões da mídia e da interculturalidade. Em seu último ciclo (2022-2024), aprofundou suas relações com as Epistemologias do Sul e os estudos decoloniais, propondo-se investigar as dinâmicas da cultura em suas interseccionalidades. Baseados nessas premissas, propomos uma reflexão sobre o posicionamento estratégico e crítico deste campo de estudo e pesquisa diante da emergência da Inteligência Artificial (IA).

Este conjunto de tecnologias é apontado hoje como potencial força de reconfiguração da sociedade e dos conceitos de “humano” e de “conhecimento”. Entretanto, sua “neutralidade” esconde fundações históricas e dinâmicas de poder que a tornam um sítio de colonialidade e racismo, perpetuando desigualdades estruturais.

¹ Trabalho apresentado no GP Folkcomunicação, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Teoria e História da Educação, professor do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: marcelo.sabbatini@ufpe.br

No contexto brasileiro, a análise crítica da IA tem ganho relevância, especialmente ao abordar as desigualdades sociais preexistentes que são reproduzidas e intensificadas pelos sistemas algorítmicos. Pesquisadores como Sergio Amadeu da Silveira (2021, 2023, 2024), em suas análises sobre a concentração de poder nas plataformas digitais e do controle sobre os fluxos informacionais, têm apontado para a emergência de um colonialismo de dados no qual a coleta massiva e a apropriação dos dados gerados pelos usuários, muitas vezes sem consentimento ou transparência adequados, reforçam assimetrias de poder e exploram a informação como recurso estratégico para os grandes conglomerados tecnológicos.

Paralelamente, Tarcizio Silva (2022), em sua obra seminal sobre o racismo algorítmico, mostra como os algoritmos e sistemas de IA reproduzem e amplificam estruturas racistas arraigadas na sociedade brasileira, com grupos racializados desproporcionalmente afetados por vieses em aplicações de reconhecimento facial, policiamento preditivo, concessão de crédito e acesso a oportunidades.

Essa discussão, enraizada na realidade brasileira, marcada por desigualdades particularmente agudas, sublinha a urgência de uma análise que vá além da técnica e compreenda a IA como um fenômeno sociotécnico e político.

Delineamos aqui um panorama, um programa tentativo de estudo e pesquisa, para que o Grupo de Pesquisa Folkcomunicação, a partir de seus referenciais teórico-metodológicos, possa contribuir para a imaginação de futuros tecnológicos mais justos.

A Inteligência Artificial como sítio de colonialidade e suas raízes históricas

Contrariamente a sua frequente representação como neutra e puramente “técnica”, a Inteligência Artificial está profundamente imbricada em complexas teias de poder e história. Para compreender essa relação, o conceito de “colonialidade” se destaca. Distinta do colonialismo territorial, que marcou um período histórico, refere-se à persistência e reconfiguração de padrões de poder — epistêmicos, culturais, políticos, econômicos — que emergiram com a expansão colonial e continuam a moldar o mundo contemporâneo (Maldonado-Torres, 2007).

Nessa perspectiva, a IA não é apenas uma tecnologia avançada, mas um novo “sítio de colonialidade” (Mohamed et al., 2020). As infraestruturas digitais, os dados que as alimentam e os algoritmos que processam informações tornam-se territórios onde

as lógicas de extração, exploração e controle, características do colonialismo, são reproduzidas e intensificadas.

A análise decolonial revela que as fundações de muitas práticas da IA estão enraizadas em projetos coloniais e raciais. Como argumenta Adams (2021), suas ferramentas e metodologias centrais, como a enumeração, a classificação e a própria Estatística, foram desenvolvidas e utilizadas para gerenciar, controlar e hierarquizar populações. Personagens como Francis Galton, pioneiro da Estatística e da eugenia, cujos estudos sobre “inteligência” e medição de diferenças humanas se desenvolveram em parte em contextos coloniais na África, ilustram essa genealogia (Breckenridge, 2014 apud Adams, 2021). Evidenciam, assim, que a própria ideia de medir e quantificar características humanas, central para a analítica dados, possui origens profundamente ligadas ao projeto de dominação colonial.

Essa herança histórica se manifesta na IA contemporânea em diversas formas de “colonialidade algorítmica”, a exemplo da **opressão algorítmica**, isto é, na reprodução e amplificação de preconceitos sociais e raciais, codificando desigualdades em decisões automatizadas. Exemplos incluem sistemas de reconhecimento facial com baixa precisão na interseccionalidade de rostos femininos e negros (Buolamwini; Gebu, 2018), vieses em sistemas de justiça criminal e contratação ou acesso a serviços (Noble, 2018). Essas ferramentas atuam como “práticas divisionistas” (Foucault, 1982; Said, 1978 apud Adams, 2021), contribuindo para a conformação de um “mundo de separação” (Madlingozi, 2018) no espaço digital.

Já a **exploração algorítmica**, refere-se ao uso injusto de indivíduos, já marginalizados, para o benefício assimétrico de indústrias tecnológicas. O fenômeno do “*ghost work*”, trabalhadores remotos realizando tarefas de baixo custo essenciais para treinamento de modelos de IA (Gray; Suri, 2019) e a prática de “*beta-testing*” de tecnologias sem regulamentação ou consentimento adequado em contextos vulneráveis ecoam a histórica utilização de territórios e populações coloniais como “laboratórios” (Adams, 2021; Tilley, 2011) e reproduzem desigualdades econômicas e laborais construídas ao longo do tempo.

Finalmente, a **desapropriação algorítmica** ilustra a centralização de poder, dados e recursos nas mãos de poucos. No cenário da governança global da IA, observa-se um domínio de países e instituições do Norte Global definindo normas e padrões, marginalizando vozes do Sul e reconfigurando dinâmicas de metrópole-periferia no

digital (Mohamed et al., 2020; Birhane, 2019; Kalluri, 2020). Essa situação se manifesta na ausência de países do Sul nas discussões éticas globais e na imposição de modelos de governança que não refletem as realidades locais.

Adicionalmente, a própria base conceitual da IA, ao apresentar noções como “inteligência” e “ética” como universais e objetivas, ignora suas origens ocidentais e o papel que desempenharam em justificar hierarquias e o projeto colonial. A busca de soluções “*fair*” e “*good*”, por vezes falha em questionar as estruturas de poder que definem o que é justo e bom, reproduzindo a colonialidade em suas premissas e negando a multiplicidade de valores e saberes (Jobin; Ienca; Vayena, 2019). Compreender essas manifestações e suas raízes históricas, portanto, é o passo inicial para um posicionamento decolonial crítico.

Diálogos: Folkcomunicação, Epistemologias do Sul, decolonialidade e IA

A tarefa de compreensão histórica delineada previamente exige referenciais teóricos e metodológicos que se contraponham às lógicas hegemônicas que a informam. É neste ponto que a identidade e os referenciais do Grupo de Pesquisa Folkcomunicação da Intercom se tornam relevantes. Ancorado no estudo dos processos comunicacionais das manifestações culturais populares, o Grupo tem um compromisso intrínseco com a análise das dinâmicas “à margem”, das práticas de resistência e da comunicação que emerge das realidades do Sul global.

A Folkcomunicação, em sua tradição de análise dos agentes e meios populares de informação e expressão, oferece uma lente para se entender como as tecnologias digitais, incluindo a IA, são recebidas, apropriadas (ou não) e ressignificadas por grupos que frequentemente distanciados dos centros de produção e poder tecnológico. O foco nas trocas simbólicas e na interculturalidade assumido pelo Grupo permite questionar a imposição de modelos e narrativas tecnológicas únicas, valorizando a multiplicidade de saberes e formas de viver. Um mundo transformado pela IA, em sua tendência universalista, acena para a invisibilização ou anulamento destas formas.

Paralelamente, a crescente articulação do Grupo com as Epistemologias do Sul e os estudos decoloniais fornece uma base crítica necessária para confrontar a universalidade do conhecimento ocidental e propor a validação de saberes produzidos a partir das experiências colonizadas e marginalizadas (Santos, 2007). A decolonialidade,

por sua vez, oferece o imperativo de dismantelar os padrões de poder que sobrevivem ao colonialismo formal (Quijano, 2000).

Essa perspectiva decolonial, ao insistir em partir das “margens” (Zembylas, 2021) para a análise dos fenômenos, permite que o Grupo Folkcomunicação ultrapasse a mera identificação de problemas técnicos na IA (a exemplo de vieses) e se aprofunde na compreensão das dinâmicas de poder que os produzem. É uma abordagem que ressoa com o chamado para uma “prática técnica crítica” (Agre, 1997 apud Mohamed et al., 2020), articulando crítica social com a compreensão tecnológica e questionando as os valores e crenças implícitos nas ferramentas tecnológicas.

A análise da colonialidade algorítmica, conforme detalhado anteriormente, dialoga diretamente com as preocupações históricas do Grupo. A opressão, exploração e desapropriação algorítmica não são fenômenos isolados, mas novas manifestações das “práticas divisionistas” que oprimem e marginalizam populações, tema central para a Folkcomunicação e seu estudo da comunicação nas dinâmicas de exclusão e resistência. A crítica à ética universalista da IA (Adams, 2021; Mohamed et al., 2020; Zembylas, 2021) ressoa com a valorização da interculturalidade e das éticas pluriversais, como a inspirada no conceito Ubuntu (Mhlambi, 2020). Em síntese, os referenciais do Grupo Folkcomunicação oferecem um marco teórico-metodológico para desvelar a IA como um campo de batalha pela justiça social e epistêmica.

A tensão entre capacitação e marginalização: IA em comunidades marginalizadas

A relação entre as tecnologias da Inteligência Artificial e a Folkcomunicação se aprofunda ao examinarmos seus impactos nas comunidades marginalizadas, o público por definição desta teoria comunicacional, onde encontramos uma tensão latente entre o potencial de capacitação e o risco de aprofundamento da marginalização. Por um lado, há o reconhecimento de que a IA, particularmente por meio de iniciativas baseadas em dados que atendem a necessidades específicas, possui o potencial de contribuir para o desenvolvimento local e para a coesão social em comunidades carentes (Bogonikolos; Papakonstantinidis, 2024). A promessa reside na capacidade de otimizar recursos, identificar padrões e oferecer soluções apropriadas a cada realidade que, em tese, poderiam impulsionar o bem-estar e o progresso local.

Por outro lado, e alinhado à crítica decolonial desenvolvida nas seções anteriores, o risco de exacerbar as disparidades existentes é premente. As tecnologias de

IA, construídas como base em lógicas e dados que frequentemente ignoram os desafios únicos enfrentados por grupos marginalizados, podem levar a disparidades em cascata (Farnadi, Havaei, Rostamzadeh, 2024). Questões estruturais como vieses e preconceitos embutidos, a falta de representação na construção dos sistemas e o próprio cenário sociotécnico da implantação da IA conspiram para afetar desproporcionalmente essas comunidades. A vulnerabilidade inerente a essas populações as torna especialmente suscetíveis a serem “exploradas na margem” (Vargas, 2024).

Adicionalmente, o discurso muitas vezes dominante em torno da IA, inflado pelo “*hype*”, tende a obscurecer os danos e a exploração sofridos pelas populações marginalizadas. A exaltação da IA para o “bem” (Li; Iacobelli, 2023) pode desviar a atenção das manifestações da colonialidade algorítmica discutidas (opressão, exploração e desapropriação) que atingem com força particular as comunidades historicamente marginalizadas. A comunidade LGBTQ+, por exemplo, é citada como um grupo para o qual o discurso determinista ao redor da IA pode reforçar desequilíbrios de poder e preconceitos (McAra-Hunter, 2024), ilustrando como as interseccionalidades de gênero, sexualidade, raça e classe se manifestam no campo algorítmico.

Esta tensão sublinha a necessidade de um esforço conjunto e consciente para garantir que o desenvolvimento e a implantação da IA sejam responsáveis e inclusivos. O foco deve estar no empoderamento genuíno de indivíduos e comunidades marginalizadas, e não em abordagens paternalistas que reproduzem a lógica do “civilizar” ou “desenvolver”, de cima para baixo.

Posicionamento e contribuições do GP para a decolonização da IA

Diante da análise da IA como um sítio de colonialidade e da aproximação conceitual, teórica e metodológica do Grupo de Pesquisa Folkcomunicação, identificamos seu posicionamento como um imperativo teórico e político. Não se trata de demonizar a tecnologia, mas de submetê-la a uma crítica radical que desvele as estruturas de poder e as lógicas históricas nela embutidas, conforme identificado na literatura crítica. Diante da impossibilidade de “consertar” a IA, propomos questionar suas fundações, o modelo de desenvolvimento que a sustenta e buscar alternativas.

Nesse sentido, as contribuições do Grupo Folkcomunicação para uma IA decolonial podem ser delineadas em diferentes frentes:

-
1. **Historicizar e contextualizar a IA a partir do Sul**, com uma perspectiva da longa duração histórica da colonialidade e do racismo para a análise das tecnologias contemporâneas. Tal projeto implica investigar como as práticas tecnológica ecoam ou reconfiguram formas históricas de gerenciamento de populações, controle social e exploração, particularmente em contextos do Sul Global, em suas “práticas divisionistas”.
 2. **Analisar os impactos da IA nas realidades populares e possibilidades de resistência**, a partir da tradição de investigação empírica do Grupo junto às dinâmicas comunicacionais e culturais dos grupos populares e marginalizados. Isso inclui analisar as novas formas de opressão, exploração e desapropriação algorítmica vivenciadas por essas comunidades, mas também explorar as possibilidades de apropriação, resistência e uso contra-hegemônico da tecnologia. O estudo de como a Inteligência Artificial se articula (ou não) com os “meios populares” constitui um caminho possível.
 3. **Promover práticas e padrões éticos da IA enraizadas na interculturalidade e pluriversalismo**, funcionando como lócus de debate e proposição quadros de referência éticos que transcendam as noções universalistas ocidentais. Dar visibilidade a saberes e valores locais, promover o diálogo intercultural e defender a construção de éticas da IA que sejam contextualmente sensíveis e baseadas nas realidades e necessidades das comunidades, constitui o núcleo desta ação, nos moldes da “tutoria reversa” (Mohamed et al., 2020), pela qual os centros aprendem com as periferias.
 4. **Colaborar com comunidades marginalizadas na luta contra a marginalização algorítmica**, a partir da tensão identificada entre capacitação e marginalização, e o risco de aprofundamento das disparidades pela IA, o Grupo Folkcomunicação pode ter um papel relevante ao trabalhar *com e para* essas comunidades. Como implicação, não apenas pesquisar sobre elas, mas engajar-se em projetos colaborativos que visem desvelar os danos da tecnologia em suas realidades específicas, fortalecer sua agência e autonomia diante dessas tecnologias e apoiar iniciativas de base que busquem usos alinhados aos seus próprios objetivos de desenvolvimento local e coesão social. Este ponto do programa proposto ressalta a dimensão praxiológica e

engajada da pesquisa do Grupo, elemento condicionante de uma abordagem decolonial que vá além da teoria cristalizada.

5. Fortalecer a prática crítica e a construção de comunidades, segundo o conceito de “prática técnica crítica” e do fomento à reflexão constante entre pesquisadores, estudantes e, fundamentalmente junto às comunidades, sobre as implicações sociais e políticas da IA. O apoio à formação de “comunidades afetivas e políticas” (Mohamed et al., 2020) que se organizem para contestar a colonialidade algorítmica e construir alternativas digitais ressoa com a atuação do Grupo em promover ativismo e resistência cultural.

A crítica decolonial da Inteligência Artificial e a busca por alternativas exigem abordagens metodológicas que estejam alinhadas com seus princípios, indo além de metodologias convencionais que frequentemente reproduzem a lógica universalista e objetivista criticada. Trata-se de adotar métodos que desvelem as estruturas de poder, valorizem os saberes situados e capacitem a agência das comunidades afetadas.

Nesse sentido, a **pesquisa-ação participativa** surge como alternativa, especialmente ao trabalhar com comunidades carentes e marginalizadas. Ao analisar uma comunidade a partir de uma posição externa, o pesquisador envolve seus membros como cocriadores do processo de pesquisa, respeitando perspectivas e conhecimentos locais. Tal abordagem ressoa com a “tutoria reversa” (Mohamed et al., 2020), valorizando os saberes das comunidades como centrais para a compreensão e transformação da realidade tecnológica.

De forma similar, a **etnografia crítica** se propõe imergir nas realidades cotidianas, com a possibilidade de observar e analisar as interações sociais, as práticas e os discursos que revelam as dinâmicas de poder em jogo. Uma etnografia decolonial estaria atenta a como as lógicas de colonialidade e racismo se manifestam nas interações com os sistemas de IA, nos processos de desenvolvimento e nos impactos sobre as vidas das pessoas, dando voz às experiências e perspectivas dos grupos marginalizados.

A **análise do discurso crítica** pode ser aplicada para desvelar as narrativas e os significados embutidos em sistemas de IA, tanto em sua interface como nos discursos que os cercam, evidenciando como a “inteligência”, a “neutralidade” e o “progresso” são representados e como os vieses e as lógicas de poder são naturalizados ou

mascarados. Tal análise pode se estender a documentos de política, materiais de marketing e interfaces de usuário para expor as ideologias subjacentes.

Por fim, **metodologias que integrem artes e mídias populares** no processo de pesquisa podem oferecer caminhos criativos para envolver membros de comunidades. O uso de narrativas, teatro, produção audiovisual e outras formas de expressão cultural popular pode facilitar a discussão sobre os impactos da tecnologia de maneira acessível e relevante para as comunidades, transformando a pesquisa em um ato de comunicação e resistência alinhado à própria essência da Folkcomunicação.

No panorama de pesquisa delineado, as abordagens metodológicas elencadas, utilizadas isoladamente ou em combinação, priorizam a crítica das estruturas de poder, a valorização dos saberes situados e a promoção da agência das comunidades, na interseção dos estudos folkcomunicacionais e decoloniais.

Considerações

A partir do levantamento da bibliografia crítica, consideramos que o Grupo de Pesquisa Folkcomunicação está singularmente posicionado para oferecer uma crítica decolonial à Inteligência Artificial. Ao combinar sua tradição de estudo da comunicação popular e intercultural com as lentes das Epistemologias do Sul e dos estudos decoloniais, o Grupo pode investigar as camadas de poder que moldam a IA e contribuir para a construção de um futuro no qual a tecnologia sirva à justiça, à diversidade e à emancipação, e não à perpetuação de velhas e novas formas de dominação.

Referências

- AGRE, P. E. Toward a critical technical practice: lessons learned in trying to reform AI. In: BOWKER, G. et al. (ed.). **Social Science, technical systems and cooperative work: beyond the Great Divide**. Lawrence Erlbaum Associates, 1997. p. 131-157.
- ADAMS, R. Can Artificial Intelligence be decolonized? **Interdisciplinary Science Reviews**, v. 46, n. 1-2, p. 1-18, 2021.
- BIRHANE, A. The algorithmic colonization of Africa. **Real Life**. 18 jul. 2019. Disponível em: <https://reallifemag.com/the-algorithmic-colonization-of-africa>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- BRECKENRIDGE, K. **Biometric State: The global politics of identification and surveillance in South Africa, 1850 to the Present**. Cambridge University Press, 2014.
- BOGONIKOLOS, N.; PAPAKONSTANTINIDIS, L. A. AI in Local Development: enhancing community growth and social cohesion through self-organization. **Journal of Business Theory and Practice**, v. 12, n. 4, p. 20-30, 2024.

- BUOLAMWINI, J.; GEBRU, T. Gender shades: intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. In: **Proceedings of Machine Learning Research**, n. 81, p. 1–15, 2018.
- FARNADI, G.; HAVAEI, M.; ROSTAMZADEH, N. Position: cracking the code of cascading disparity towards marginalized communities. **ArXiv**, 3 jun. 2024. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2406.01757>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- FOUCAULT, M. The subject and power. **Critical Inquiry**, v. 8, n. 4, p. 777-795, 1982.
- GRAY, M. L.; SURI, S. **Ghost work: how to stop Silicon Valley from building a new global underclass**. Houghton Mifflin Harcourt, 2019.
- JOBIN, A.; IENCA, M.; VAYENA, E. The global landscape of AI ethics guidelines. **Nature Machine Intelligence**, v. 1, n. 9, p. 389-399, 2019.
- KALLURI, P. Don't ask if Artificial Intelligence is good or fair, ask how it shifts power. **Nature**, v. 583, n. 7814, p. 169, 2020.
- LI, T.; IACOBELLI, F. Purposeful AI. IN: **Computer Supported Cooperative Work and Social Computing (CSCW '23 Companion)**, out. 14-18, 2023, Minneapolis, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/3584931.3606954>. Acesso em 25 jun. 2025.
- MCARA-HUNTER, D. How AI hype impacts the LGBTQ + community. **AI and Ethics**, v. 4, p. 235-243, 2024.
- MADLINGOZI, T. The proposed amendment to the South African Constitution: finishing the unfinished business of decolonisation? **Critical Legal Thinking**. 6 abr. 2018. Disponível em: <https://criticallegalthinking.com/2018/04/06/the-proposed-amendment-to-the-south-african-constitution/>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- MALDONADO-TORRES, N. On the coloniality of being: contributions to the development of a concept. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007.
- MHLAMBI, S. **From rationality to relationality: Ubuntu as an ethical and Human Rights Framework for Artificial Intelligence**. Berkman Klien Centre Discussion Paper, 2020. Disponível em: <https://cyber.harvard.edu/story/2020-07/rationality-relationality-ubuntu-ethical-and-human-rights-framework-artificial>. Acesso em 25 jun. 2025..
- MOHAMED, S.; PNG, M.-T.; ISAAC, W. Decolonial AI: decolonial theory as sociotechnical foresight in Artificial Intelligence. **Philosophy & Technology**, v. 33, n. 4, p. 659-684, 2020.
- NOBLE, S. U. **Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism**. NYU Press, 2018.
- QUIJANO, A. Coloniality of power and Eurocentrism in Latin Americas. **International Sociology**, v. 15, n. 2, p. 215-232, 2000.
- SAID, E. W. **Orientalism**. Pantheon Books, 1978.
- SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. Cortez Editora, 2007. p. 19-71.
- SILVA, T. **Racismo algorítmico: Inteligência Artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo: Sesc Edições, 2022.

SILVEIRA, S. A. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: CASSINO, J. F.; SOUZA, J.; SILVEIRA, S. A. (Org.). **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 33-52.

SILVEIRA, S. A. Capitalismo preditivo e os sistemas algorítmicos. In: PENTEADO, C. C.; PELLEGRINI, J.; SILVEIRA, S. A. (Org.). **Plataformização, inteligência artificial e soberania de dados**. São Paulo: Ação Educativa, 2023. p. 127-148.

SILVEIRA, S. A. Brasil tem estrutura digital colonizada, alerta sociólogo. **Agência Brasil**, 7 set. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-09/brasil-tem-estrutura-digital-colonizada-alerta-sociologo>. Acesso em 21 jun. 2025.

TILLEY, H. **Africa as a living laboratory**: empire, development, and the problem of scientific knowledge, 1870-1950. Chicago: University of Chicago Press. 2011.

VARGAS, N. C. Exploiting the margin: how capitalism fuels AI at the Expense of minoritized groups. **AI Ethics**, v. 5, p. 1871–1876, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s43681-024-00502-w>. Acesso em: 21 jun. 2015.

ZEMBYLAS, M. A Decolonial approach to AI in Higher Education teaching and learning *Learning, Media and Technology*, v. 48, n. 1, p. 25–37, 2021.
<https://doi.org/10.1080/17439884.2021.2010094>. Acesso em 21 jun. 2025.